

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo recalcula rota sobre big techs - PLATÔ BR..... 2

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Refit quer afastar 2 diretores da ANP para tentar reverter embargo a refinaria..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - NÉGOCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Construir um Brasil melhor passa pelo equilíbrio e pela visão de longo prazo..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

R\$ 40 bi a mais para imanciar casa própria..... 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Para reduzir as RDI no Brasil - RAUL VELLOSO..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Isenção do IR precisa ser bem calibrada..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado reduz projeção de inflação em 2025..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo articula aprovação da PEC do fi m da jornada 6x1..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Milei volta a visitar Irump por ajuda para recompor finanças..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

No Brasil, 19% convivem com a presença explícita de facções..... 17

Governo recalcula rota sobre big techs - PLATÔ BR

GUILHERME AMADO

O governo recalibrou a estratégia para enquadrar as big techs. Em 17 de setembro, o Palácio do Planalto enviou ao Congresso apenas o projeto focado em concorrência e transparência no setor. A parte mais polêmica, conteúdo, ficou de fora. O diagnóstico interno, em pastas como Fazenda, Justiça e a Secretaria de Comunicação, foi que "desinformação" é conceito subjetivo demais para virar lei sem contaminar o debate eleitoral de 2026.

Por outro lado, há no governo a leitura de que alguma regulação de redes terá de vir, ainda que mais branda, nos primeiros meses do próximo ano.

A área política trabalha no momento com um modelo "procedural": sem responsabilizar as plataformas de forma automática pelo que é publicado por terceiros. A posição é alinhada ao novo entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

No julgamento do artigo 19 do Marco Civil da Internet, concluído em junho, o STF decidiu que empresas como Google e Meta não podem ser punidas preventivamente por conteúdos de usuários, mas passam a ter o dever de agir com rapidez sempre que forem notificadas de um conteúdo manifestamente ilegal. Entre esses conteúdos, publicações como discurso de ódio, incitação à violência ou crimes contra crianças.

O modelo que vem sendo analisado pelo governo Lula é uma das formas encontradas para mostrar ação sobre as big techs e as redes sociais, sem transformar em munição o tema da desinformação em um ano de polarização presidencial.

O debate em torno do chamado "PL das fake news", enterrado pela Câmara, mostrou as dificuldades para avançar na discussão sobre o tema no Congresso, em meio a pressões do bolsonarismo e do lobby das big techs.

O realinhamento do governo sobre conteúdo nas redes sociais também tem componente geopolítico. O Planalto quer levar aos Estados Unidos um pacote "razoável" de regulação digital nas conversas sobre o tarifaço, que serão realizadas entre outubro e novembro. Donald Trump, afinal, tem criticado a

atuação do Brasil - particularmente do STF - nessa seara e já ameaçou aplicar sanções a países que adotarem impostos e regras sobre as big techs.

Será que vai?

O bate-boca público entre Tarcísio de Freitas e Fernando Haddad na semana passada animou os petistas que torcem por uma eventual candidatura do ministro ao governo paulista. O ministro acusou o governador de conspirar pessoalmente no Congresso pela morte da Medida Provisória alternativa ao IOF. Tarcísio respondeu, dirigindo-se diretamente a ele: "Tenha vergonha, Haddad". O ministro já disse algumas vezes que não quer disputar a eleição, mas, ao atacar diretamente o bolsonarista - e ser respondido por ele - soou como candidato aos ouvidos de aliados.

Caminho decidido

Colega de Haddad, Simone Tebet negou nos últimos dias que esteja em negociação com o PSB para deixar o MDB, como se cogitava. Outras notícias davam conta de que ela mudaria seu domicílio eleitoral para São Paulo para disputar o Senado. A sugestão irritou Ricardo Nunes, que, além de opositor de Lula, tem seus planos próprios para o MDB no estado em 2026. Pois aliados de Tebet afirmaram à coluna que a ministra do Planejamento não só continuará no MDB como disputará o Senado pelo Mato Grosso do Sul, seu reduto eleitoral. Ela foi senadora entre 2015 e 2023.

VISÕES SOBRE A PF

A maioria dos brasileiros acredita que a Polícia Federal intensificou o combate ao crime organizado, mostra um levantamento da Genial/Quaest. Segundo a pesquisa, 51% dos entrevistados dizem que a PF "tem combatido mais" as facções, enquanto 33% acham que o esforço diminuiu. Os dados, levantados em 2.004 entrevistas presenciais entre os dias 2e5 de outubro, revelaram um cenário dividido politicamente. Entre os eleitores de Lula, 70% afirmam que a atuação da PF melhorou. Já entre os eleitores de Bolsonaro, a percepção é inversa: 52% dizem que o órgão tem combatido menos o crime organizado.

PÉ NO FREIO

Depois da euforia na pandemia com os megabairros planejados, incorporadoras e fundos de investimento voltaram a agir com cautela.

O modelo, que prometia retorno seguro, esbarra agora em custos crescentes, exigências ambientais e longos prazos de maturação. Projetos como o da MRV em São José dos Campos, de R\$1 bilhão, mostram o tamanho do desafio: licenças demoradas, contrapartidas caras e risco de isolamento urbano. No mercado, a leitura é que o ciclo dos megabairros entrou em fase de freio e revisão. Para reduzir riscos, empresas da área de infraestrutura têm reforçado as equipes jurídicas.

DESTAVEZ, NÃO

Dias Toffoli negou um pedido do empresário Marcelo Odebrecht (acima) para encerrar uma ação penal contra ele na Justiça Eleitoral do Distrito Federal. O processo, aberto em setembro de 2024, trata de suposta corrupção na construção da Torre Pituba, sede da Petrobras em Salvador. Além de Marcelo, estão entre os réus nomes como o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque. O empresário dizia que a ação está baseada em provas anuladas pelo STF, mas Toffoli apontou razões processuais e sequer analisou o mérito dos argumentos dele.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

Refit quer afastar 2 diretores da ANP para tentar reverter embargo a refinaria

MARIANA CARNEIRO

A refinadora Refit tenta afastar dois dos cinco diretores da Agência Nacional do Petróleo (ANP) do processo de fiscalização que resultou na interdição da Refinaria de Manguinhos, no Rio, no dia 26 de setembro. Depois de apresentar uma queixa-crime à Polícia Federal alegando abuso de autoridade e prevaricação, a empresa ingressou com processo também na ANP requisitando o impedimento de diretores sob o argumento de suspeição.

Na última quinta-feira, a ANP autorizou que parte do combustível de terceiros armazenado em tanques da Refit seja liberado. Ao todo, 15 tanques serão esvaziados. O argumento da ANP é que manter a carga acondicionada em tanques que tiveram problemas detectados pela agência pode provocar acidentes. A empresa, no entanto, segue sob interdição.

"O recebimento de insumos e produtos, próprios ou de terceiros, por via terrestre ou marítima, permanece interditado. Da mesma forma, permanece a interdição para a expedição de insumos e produtos próprios da refinaria", divulgou a ANP.

Procurada, a Refit informou que está questionando a atuação específica de dois diretores que, segundo a empresa, "não estão atuando de forma transparente na ANP".

A carga de Manguinhos apreendida pela Receita em quatro navios que vinham do exterior segue interditada. A empresa declarou que se tratava de insumos para produção de gasolina (óleo bruto de petróleo), mas exames da ANP constaram que o produto já estava acabado - já era gasolina. Com isso, a Refit estaria sonhando impostos, segundo o Fisco.

No pedido entregue à ANP, Manguinhos afirma que os diretores Pietro Mendes e Symone Araújo devem ser impedidos de analisar o processo, porque a inspeção na refinaria foi realizada sem que os demais integrantes do colegiado tivessem sido avisados. Contra Mendes, a Refit acrescenta que ele era presidente do conselho da Petrobras e, por isso, desejaria prejudicar Manguinhos em favor da concorrente.

Procurados, os diretores informaram, por meio da assessoria da ANP, que somente se manifestarão nos autos do processo, caso chamados.

Segundo informações da agência, os argumentos não encontram amparo no estatuto da ANP, que dá autonomia para as superintendências agirem sem que sejam demandadas pela diretoria. Ou seja, nem Mendes nem Symone comandam superintendências ou ordenaram a inspeção, e fizeram o acompanhamento porque são diretores de referência das áreas de Fiscalização e Planejamento.

DIVISÃO. Funcionários da ANP narram nos bastidores que a interdição da Refit provocou um racha na agência, com os dois diretores e o diretor-presidente, Artur Watt, de um lado, e Daniel Maia e Fernando Moura do lado contrário à interdição em Manguinhos.

O Estadão questionou a ANP e, por meio de sua assessoria, cada um dos diretores a respeito do assunto, mas eles preferiram não se manifestar.

Um dos lados - o de Maia e Moura - diz que a operação ocorreu sob sigilo e cobra que o rigor da fiscalização não se limite à Refit, no que o outro grupo acredita ser uma tentativa de tirar o foco e afastar as equipes dos problemas detectados em Manguinhos.

A pressão interna do pedido de impedimento aumentou após Maia enviar um ofício às superintendências mobilizadas em Manguinhos cobrando ação em uma outra empresa, baseada em São Paulo, sugerindo que, em caso de demora, os técnicos poderiam ser responsabilizados.

A indicação de Maia para a ANP é atribuída ao advogado Thiago Cedraz, filho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Aroldo Cedraz; a de Fernando Moura é atribuída ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ambos chegaram à ANP em 2022, no governo Jair Bolsonaro (PL).

Watt e Pietro chegaram neste ano, sob Luiz Inácio Lula da Silva, com indicações atribuídas ao senador Otto Alencar (PSD-BA) e ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, respectivamente. Symone é egressa dos quadros técnicos do Ministério de Minas e Energia.

Manguinhos entrou no radar após a deflagração da Operação Carbono Oculto, em 28 de agosto. As autoridades investigam se o combustível da Refit abas-teceria redes de postos de gasolina controlados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Construir um Brasil melhor passa pelo equilíbrio e pela visão de longo prazo

Por Flávio Amary*

Durante a cerimônia da 31ª edição do Ó Prêmio Master Imobiliário, tive a oportunidade de compartilhar ao lado de Rodrigo Luna, presidente do Secovi-SP, algumas reflexões sobre os desafios e oportunidades do nosso país. Mais do que reconhecer os melhores projetos e profissionais do setor, o Master nos lembra da responsabilidade que temos na construção de cidades mais justas e de uma economia sólida.

O Brasil precisa enfrentar seus problemas de forma pragmática. A carga tributária é uma das mais altas do mundo e, paradoxalmente, uma das menos eficientes em gerar retorno à sociedade. Apesar de intenso diálogo, o máximo que conseguimos é contenção de danos. Novos aumentos planejados oneram empresas e famílias, provocando fuga de capitais e limitando investimentos essenciais, como letras de crédito imobiliário e fundos que dão fôlego ao setor e ampliam o sonho da casa própria.

Enfrentamos escassez de mão de obra e investimentos insuficientes: gastamos quatro vezes mais em assistência do que em infraestrutura e desenvolvimento. É hora de corrigir essas distorções.

O setor imobiliário, por sua natureza e alcance, mostra caminhos possíveis. Crédito imobiliário com juros adequados, reformas previdenciária e trabalhista, segurança jurídica, liberdade de expressão e de propriedade são pilares que fortalecem o crescimento sustentável.

E o Brasil tem potencial único - celeiro do mundo, estratégico para a segurança alimentar, com capacidade de geração de energia renovável e tecnologia digital avançada. Cabe a nós transformar essas vantagens em prosperidade concreta.

Prêmios como o Master Imobiliário reafirmam que excelência, inovação e responsabilidade caminham juntas. Reconhecer o que é feito de melhor inspira não só o mercado, mas também a sociedade a acreditar que é possível, com equilíbrio fiscal e visão

Nosso compromisso como sociedade civil deve ser claro: defender reformas administrativas e de longo prazo, construir um país mais estruturais, em vez de

criar **impostos** sobre **impostos**, que hoje justo e competitivo. Erguer pontes, dialogar chegam a R\$ 1,2 trilhão. e agir com pragmatismo são formas de Saúde, educação e redução da pobreza dependem de transformar desafios em soluções. políticas que gerem capacitação produtiva e promovam * Flávio Amary é presidente da ciclos virtuosos, e não apenas de ajuda temporária. FIABCI-BRASIL

Enfrentamos escassez de mão de obra e investimentos insuficientes: gastamos quatro vezes mais em assistência do que em infraestrutura e desenvolvimento. É hora de corrigir essas distorções.

O setor imobiliário, por sua natureza e alcance, mostra caminhos possíveis. Crédito imobiliário com juros adequados, reformas previdenciária e trabalhista, segurança jurídica, liberdade de expressão e de propriedade são pilares que fortalecem o crescimento sustentável.

E o Brasil tem potencial único - celeiro do mundo, estratégico para a segurança alimentar, com capacidade de geração de energia renovável e tecnologia digital avançada. Cabe a nós transformar essas vantagens em prosperidade concreta.

Prêmios como o Master Imobiliário reafirmam que excelência, inovação e responsabilidade caminham juntas. Reconhecer o que é feito de melhor inspira não só o mercado, mas também a sociedade a acreditar que é possível, com equilíbrio fiscal e visão de longo prazo, construir um país mais justo e competitivo. Erguer pontes, dialogar e agir com pragmatismo são formas de transformar desafios em soluções.

* Flávio Amary é presidente da FIABCI-BRASIL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

R\$ 40 bi a mais para imanciar casa própria

» LETÍCIA CORRÊA*

Em entrevista ao programa CB.Poder - uma parceria do Correio com a TV Brasília -, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, conversou com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ana Maria Campos. O economista defendeu as mudanças nas regras da poupança para aumentar o crédito imobiliário voltado para a classe média. De acordo com ele, o banco vai receber um incremento de R\$ 40 bilhões no orçamento destinado ao financiamento habitacional pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), nos próximos 12 meses. Tópicos como a criação de uma bet própria da Caixa e projetos sociais também foram discutidos no programa.

O governo mudou as regras para compra da casa própria. Quais são as novidades e por que elas são importantes?

Primeiro, é uma mudança es-truturante no sistema de financiamento no Brasil. Os bancos terão acesso aos recursos depositados na forma de compulsório. Isso faz uma diferença muito grande. Ou seja, os bancos têm que deixar represados no Banco Central parte da captação em poupança. Com essa medida, nós vamos ter acesso a esses recursos. Isso permite, só para dar uma noção de grandeza, que a Caixa, nos próximos 12 meses, tenha mais R\$ 40 bilhões para fazer o financiamento habitacional no Brasil. Isso permite também que os outros bancos se empenhem, possam liberar os seus compulsórios e usá-los no sentido de melhorar a nossa capacidade de financiar o imóvel no Brasil. Agregado a essa condição, nós trouxemos o aumento do limite do Sistema Brasil de poupança e empréstimo (SB-PE). O teto era de R\$ 1,5 milhão e passa agora para R\$ 2,250 milhões, com taxa de juros anuais de 12%.

Hoje, nesta faixa de mercado, a Caixa domina 68% do financiamento. O senhor acha que vai ampliar?

Isso depende muito do apetite dos outros bancos. Eu tenho dito sempre que a Caixa tem esse percentual de mercado e eu gostaria até de ter menos se os outros bancos também financiassem mais. Ter uma grande participação no mercado de crédito imobiliário não é uma questão que a gente traga como uma bandeira, porque a gente entende que o mercado de crédito imobiliário é fundamental. Todos os países do mundo que crescem, crescem muito a partir do que se faz no mercado de crédito imobiliário. Exemplo dos Estados Unidos, da própria China, do México, de tantos outros

países. No Brasil, para você ter ideia, esse mercado começou a ser estruturado com uma visão muito mais especial, com uma atenção maior a partir de 2007, com algumas medidas adotadas pela Caixa sob a orientação do governo federal. Mas, principalmente depois do Minha Casa, Minha Vida, nós saímos de 2% de participação no mercado de crédito imobiliário no **PIB** do Brasil para 10% em 2014.

Então, 11 anos depois, nós temos uma grande medida que vai fazer com que, na nossa percepção, nos nossos estudos, a gente aumente, talvez para 15% de participação do **PIB** em relação ao crédito imobiliário, porque o número de partida que nós temos, é que nos próximos 10 anos nós vamos injetar no mercado de crédito imobiliário R\$ 1 trilhão, só por essas medidas anunciadas pelo presidente Lula.

Essas medidas, na verdade, são incentivos para o mercado investir também e melhorar as condições e isso é bom para o país?

Sem dúvida. Tem dados da Fundação João Pinheiro que eu costumo repetir, que falam o seguinte: para cada 100 unidades habitacionais que se performa, em torno dela, constrói-se 67 empregos permanentes, porque são empregos que vêm, é a panificadora que surge, é um supermercado que surge, é oportunidade para o eletricitista, para manicure, e tantas outras atividades em torno de todo esse contexto, a própria doméstica. A gente diz que o conceito mais econômico é que a cauda da construção é longa, uma cauda longa, então em torno dela você tem todo um sistema que trabalha e que precisa dela.

É preciso lembrar que a taxa básica de juros é de 15%. Com essas novas regras, quais as perspectivas em relação ao mercado imobiliário no Brasil?

Nós tivemos algumas questões interessantes, quando a gente fala desse aspecto macroeconômico, mas a microeconomia deu uma resposta boa a isso. O aumento da renda e das receitas das famílias e das empresas, de certa forma, trazem um equilíbrio a essa questão, porque se nós tivéssemos uma taxa de juro da forma como ela está e sem ter aumento da massa salarial, nós teríamos um problema. Nós tivemos um aumento da massa salarial, tivemos o aumento do emprego. Tudo isso vem como uma forma de compensar, de certa forma, o fato de você ter essa questão da taxa de juros. O ideal é que a gente tenha uma taxa de juros que seja mais compatível. A gente sabe que, no Brasil, o mercado imobiliário explode

quando a taxa de juro está em torno de 10 a 8%. A gente espera que logo retenhamos essa taxa aí pra gente poder tornar o mercado ainda mais feliz.

O senhor vai participar da COP30, ficando hospedado em uma agência-barco da Caixa. Como funcionam essas agências-barco?

A Caixa criou as agências-barco para atender à população ribeirinha dos estados que fazem parte da Amazônia Legal, principalmente. Elas fazem um trabalho social muito interessante, que é levar os serviços da Caixa a regiões onde há uma desassistência bancária. São estruturas muito bem constituídas. São barcos de três andares. Não é um barco pequeno, é um barco grande, tem áreas de dormitórios, tem restaurante, tem academia. Então, nós tomamos a decisão

de levar dois desses barcos para a COP, servindo de hospedagem para os colegas da Caixa Econômica que vão trabalhar em torno do que acontece lá. E eu adotei a opção de me hospedar num desses barcos durante o período da COP30, enquanto eu estiver por lá.

A Caixa mantém esse atendimento por meio desse transporte há muito tempo, não é?

É um trabalho que nós fazemos desde os finais dos anos de 2010, em torno disso que nós começamos esse trabalho. Para se ter ideia, tem ribeirinho que, para sair da sua comunidade e ir para uma cidade grande, leva três dias de deslocamento. Com as agências-barcos, ao invés de eles irem, a Caixa leva o serviço a eles. Nós estamos adotando outras medidas também, no sentido de que a gente leve os recursos para que ajude a chamada economia circular, e economia local, tem dado muito certo. Então, a gente tem evitado cada vez mais o deslocamento dessas famílias, para que elas consumam localmente. E esse é um papel de um banco social como a Caixa.

A Caixa financiou as obras de saneamento em Belém, não foi?

A COP30 vai deixar muitos legados para Belém. Um deles é exatamente o saneamento básico. Em várias ações de infraestrutura

adotada. Por exemplo, um símbolo de Belém, que é o Ver-o-Pe-so, não tinha saneamento básico. Por essas medidas governamentais, com o apoio da Caixa, nós estamos saneando toda aquela região ali, criando tudo que é necessário do ponto de vista do tratamento d'água e esgoto. Outra coisa que a Caixa está levando para lá e tem a ver com a cultura é a nossa Caixa Cultural. Foi inaugurada no último dia 8, com a

presença do governador Hélder Barbalho, uma Caixa Cultural. São 2.500 metros de área construída, exatamente com propósito de levar cultura, levar informação, levar lazer.

Na área tem um teatro que vocês revitalizaram. São iniciativas para além da COP, não é?

O teatro faz parte do conjunto. Nos 2000 m de área, tem um teatro com 300 poltronas, com um palco extremamente moderno. Há duas áreas voltadas para exposições de várias de obras e, por sinal, tem, agora, duas exposições acontecendo lá. Temos um convênio com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Nós levamos a famosa obra de Portinari, o Café, que é o retrato da época do café, uma obra belíssima. Está em exposição lá, entre outras obras, como Di Cavalcanti. Estamos com exposição com obras contemporâneas do Brasil. Em outra galeria, temos obras da comunidade indígena Macu, que trabalha com um propósito muito nobre, eles vendem aquelas peças de obras de arte para arrecadar dinheiro para um fundo que eles têm e re-compram terras, lá no Acre. Eu conheci, fiquei impressionado e as obras são belíssimas, estão lá em exposição na Caixa.

Voltando ao tema da habitação, qual o impacto da política de habitação da Caixa nas cidades?

No Brasil há uma discussão histórica em torno da habitação, de levar, principalmente à população de baixa renda, classe D, classe E, classe C para outras ocupações territoriais, que é a ocupação das áreas de expansão das cidades. No entanto, os entes públicos, juntamente com o setor privado, começaram a perceber que existe uma oportunidade muito interessante de se fazer o reordenamento urbano ou da ocupação urbana nos centros das cidades, através do conceito de retrofit. Isso tem permitido que nós já tenhamos ações no Brasil importantíssima em curso, por exemplo, em São Paulo, onde nós estamos com uma ação muito importante de apoio aos empresários que estão fazendo o processo de retrofit de imóveis. Nós estamos com ação atualmente no Rio de Janeiro, no Porto Maravilha, expandindo para São Cristóvão, onde nós teremos 9 milhões de m2 de construção. E aí essa construção não é só habitacional, ela refaz a questão de mobilidade urbana, ocupação de supermercado, de hospitais, de escolas. Então assim, é toda uma revisão da ideia sobre a ocupação territorial no país.

Qual seria o modelo? Primeiro o empresário faz o retrofit e a Caixa entraria depois. Como é que a ideia?

Hoje está assim. O que a Caixa quer é que ea também entre na fase inicial dos projetos, porque você tem duas formas de financiar. Ou você financia a

produção, como a gente chama, ou você financia o desligamento. Desligamento é quando a pessoa física vai comprar o imóvel. Quando você financia a produção, você dá ao empresário um alívio, dá uma oxigenação do fluxo.

Em relação às bets, que novidades a gente tem da Caixa?

A Caixa está finalizando o seu processo de parceria para lançar a nossa bet. Vai ter muito cuidado, na questão de quem vai praticar o jogo na Caixa. A gente quer isso como um lazer e não como outra conotação. Mas eu sempre trago esse número. O Brasil tem hoje em jogos de bet o equivalente a US\$ 3 bilhões. O mesmo que joga Portugal, por exemplo. A Itália, que é um país próximo na disputa do **PIB** com o Brasil, joga US\$ 17,5 bilhões. Qual é a vantagem, do ponto de vista da sociedade e do governo? No ano passado, a arrecadação dos jogos tradicionais da loteria da Caixa foi de quase R\$ 28 bilhões. 48% da tributação que o governo recebe desses jogos vão para diversos programas, sejam eles, segurança pública pelo Ministério da Segurança, educação pelo Ministério da Educação, saúde pelo Ministério da Saúde, Esporte etc. Então, estamos falando de R\$ 13 bilhões destinados a esses projetos. É assim que o mundo funciona, é assim que tem que ser o Brasil.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/14/all.pdf>

Para reduzir as RDI no Brasil - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Conceito oriundo da área demográfica, a razão de dependência de idosos (RDI) é a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (ED) - ou seja, os menores de 15 anos somados aos de 65 anos ou mais de idade - e o segmento etário potencialmente produtivo (PP), entre 15 e 64 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, em um ano qualquer considerado.

A importância de medir indicadores como as RDI decorre, assim, do forte e direto elo que existe entre elas e os gastos previdenciários e semelhantes do país em causa. Quanto maiores, mais altas as despesas com previdência e assistência social.

Governos de países, como o Brasil, que vêm testemunhando ultimamente uma forte subida das RDI, deveriam acompanhar de perto a sua evolução, a fim de adotar medidas específicas capazes de reduzir seus passivos atuariais de forma relevante, sob pena de serem induzidos a reduzir drasticamente seus tão importantes investimentos públicos em infraestrutura (importantes principalmente pela viabilização de taxas de crescimento do **PIB** e do emprego mais elevadas que propiciam), para compensar o aumento dos demais gastos.

Segundo estudos elaborados por entidades internacionais, entre 1950 e 2015, ou seja, no espaço dos 65 anos que se situaram entre esses dois referenciais, as RDI, que são definidas, vale a pena repetir, como a razão, em termos percentuais, entre os números de pessoas atribuídos ao segmento denominado "economicamente dependente" (ED), cálculo esse que inclui os com menos de 15 anos mais os com 65 anos ou mais de idade, em relação ao grupo "potencialmente produtivo" (PP), que inclui os que se situam na faixa etária entre 15 e 64 anos de idade, tinham alcançado, em 1950, a marca de cerca de 5% no caso do Brasil e, ao lado disso, algo ao redor do dobro desse valor tanto nos Estados Unidos como na Europa.

Já se caminhássemos na direção do ano de 2015, verificaríamos que, nos casos de Brasil e EUA, a RDI dobraria de valor relativamente aos obtidos para 1950, enquanto no caso da Europa esse mesmo indicador

aumentaria um pouco mais relativamente a 1950, no mesmo tipo de comparação.

Já se olhássemos mais à frente para o ano de 2055, veríamos que agora a RDI do Brasil aumentaria bastante, no caso para um número que representaria algo ao redor de 3,5 vezes o que havia ocorrido em 2015. Já no caso dos EUA, o aumento não seria tão expressivo como no caso do Brasil, mas mesmo assim seria algo bastante relevante. Quanto à Europa, na comparação 2015-2055, teria havido um aumento da ordem de 100%.

Finalmente, para encerrar o exame do mesmo gráfico, ver-se-á que, ao se aproximar o ano de 2095, projetar-se-ão Brasil e Europa terminando muito próximos na comparação 2055-2095, com uma RDI 1,6 vez maior, no caso do Brasil, e 1,2 vez, no caso da Europa, respectivamente.

Como resumo final, o Brasil terminou o período total considerado (1950-2095) registrando uma taxa de crescimento de sua RDI um tanto acima, em termos percentuais, do que ocorria com o continente europeu, enquanto este, por sua vez, registrava um crescimento total maior, ainda, do que ocorria nos EUA. Nesse sentido, o posicionamento relativo de nosso país, em termos do grau de envelhecimento populacional é bem mais frágil do que o do mundo desenvolvido. Ou seja, as autoridades precisam definir políticas adequadas para minorar as consequências desfavoráveis do nosso posicionamento relativo em termos da dependência de idosos, basicamente buscando a realização do chamado equacionamento atuarial (ou caminhar na direção da zeragem de seus passivos atuariais).

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

Isenção do IR precisa ser bem calibrada

Gesner Oliveira e Rafael Prado

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 1.087/2025, que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Isso gera renúncia fiscal de R\$ 31,2 bilhões no primeiro ano, compensada pela taxação de indivíduos com renda anual acima de R\$ 600 mil, com o objetivo de ser neutra do ponto de vista arrecadatário. Essa medida gera impactos macroeconômicos?

Estudo da GO Associados responde à pergunta ao medir os efeitos da isenção de IR na atividade econômica e nos preços. Parte-se do fato de que indivíduos em faixas de renda distintas têm diferentes propensões a consumir. Trabalho da Universidade de São Paulo (USP) mostra que famílias de renda baixa e média têm propensão marginal a consumir (PMC) de cerca de 62%, ou seja, para cada R\$ 100 de renda adicional, R\$ 62 viram consumo. Em contraste, entre o 1% mais rico, a PMC é de apenas 3,5%.

Assim, transferir R\$ 31,2 bilhões de quem consome uma fatia menor da sua renda para quem consome mais gera um impacto de cerca de R\$ 18 bilhões no consumo agregado. Isso equivale a um impulso adicional de 0,4% no **PIB** de serviços, uma vez que parte relevante da renda das famílias de faixas mais baixas é destinada a este setor. O efeito líquido é expansionista, mesmo que a medida seja neutra para os cofres públicos.

O impacto também se estende aos preços. O estudo indicou que o impacto da medida pode acrescentar entre 0,02 e 0,06 ponto porcentual à **inflação**. Apesar de limitado, pode ser um desafio adicional ao Banco Central no esforço de contenção das expectativas inflacionárias.

Uma alternativa para que a medida gere impactos macroeconômicos neutros seria torná-la superavitária, arrecadando mais do que perde com a isenção. Porém, para neutralizar completamente o efeito expansionista sobre consumo e preços, seria necessário um superávit adicional de R\$ 522 bilhões, valor inviável na prática. Outro risco é o governo não conseguir compensar totalmente a isenção. Quanto menor a arrecadação, maior o impulso líquido sobre o consumo agregado, e consequentemente maior a pressão inflacionária.

A isenção de até R\$ 5 mil diminui a distorção da ausência de correção pela **inflação** das faixas do

imposto de renda, que ao longo do tempo acarretou a incidência de IR sobre pessoas que deveriam estar isentas. Mas a calibragem da medida precisa ser cuidadosa. Ainda mais importante será complementá-la com uma profunda reforma da máquina pública, enxugando gastos supérfluos e liberando recursos a áreas decisivas para o bem-estar da população, como segurança, saúde e educação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado reduz projeção de inflação em 2025

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2025 caiu de 4,80% para 4,72%. Agora, a taxa está 0,22 ponto percentual acima do teto da meta, de 4,50%. Há um, era de 4,83%.

O Banco Central espera que o IPCA some 4,8% em 2025 e 3,6% em 2026, conforme a trajetória divulgada pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Na última decisão, o Copom manteve a taxa Selic em 15% e reafirmou que o cenário é marcado por elevada incerteza, o que exige cautela na condução da política monetária.

O colegiado também detalhou, na ata, que, "na medida em que o cenário tem se delineado conforme esperado, o Comitê inicia um novo estágio em que opta por manter a taxa inalterada e seguir avaliando se, mantido o nível corrente por período bastante prolongado, tal estratégia será suficiente para a convergência da inflação à meta".

De acordo com o relatório, a mediana para a Selic no fim de 2025 permaneceu em 15% pela

16.ª semana consecutiva.

Para o fim de 2026, a mediana permaneceu em 12,25%. Há quatro semanas estava em 12,38%.

PIB. O relatório Focus também revelou que a mediana para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2025 seguiu em 2,16%, pela 5.ª semana consecutiva. O Banco

Central diminuiu a sua estimativa de crescimento da economia brasileira este ano, de 2,1% para 2,0%, no Relatório de Política Monetária (RPM) do terceiro trimestre.

A mediana do Focus para a cotação do dólar no fim de 2025 permaneceu em R\$ 5,45. Um mês antes, era de R\$ 5,50.

MARIANNA GUALTER/BRASÍLIA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo articula aprovação da PEC do fim da jornada 6x1

Andréa Jubé e Gabriela Guido De Brasília

O governo vai intensificar a articulação pela proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho 6x1.

Depois que o texto avançou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, deu declarações públicas de apoio à matéria, que deverá se tornar pauta da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Até então, o governo mantinha uma postura de cautela em relação à proposta para não se indispor com o setor produtivo, numa conjuntura adversa de juros altos e "tarifaço" americano, e porque não há maioria favorável ao tema no Congresso.

Na segunda-feira (13), entretanto, Gleisi declarou que o "Planalto vai apoiar" a redução da jornada e que esse "é um tema importante". A ministra disse ao SBT News que deseja se reunir com todos os propositores de matérias semelhantes e buscar uma forma de fazer esse debate no Congresso. Ela admitiu que não será possível aprovar o texto neste ano, mas disse que há espaço para caminhar. "Se fizemos um grande debate ano que vem, a gente pode avançar", completou.

Gleisi acrescentou que está em contato com a deputada Erika Hilton (Psol-SP), que se tornou uma das referências do debate nas redes sociais. Hilton foi recebida pela ministra em seu gabinete no dia 2 de outubro. A parlamentar está à frente de um abaixo-assinado virtual, que já tem mais de 100 mil assinaturas, para que o projeto seja votado.

A mudança na regra é vista com cautela pelo setor produtivo. Um estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) estima que o fim da escala teria impacto negativo de até 16% sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**).

Procurada, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) reafirmou argumentos contrários à redução da jornada alinhados pelo presidente da instituição, Ricardo Alban, em artigo publicado no Valor no fim do ano. Ele reconheceu que essa discussão evoluiu em países europeus, mas em realidades contrastantes com a do Brasil. Observou que esses países têm alta

produtividade, maior avanço tecnológico e níveis educacionais elevados, enquanto a realidade nacional é de escassez de mão de obra qualificada.

Para Alban, reduzir a jornada deixaria "o país com reduzidíssima semana legal de trabalho, mesmo sem índices econômicos positivos que sustentem a mudança". Ele escreveu ainda que isso deve causar aumento direto de custos da hora trabalhada de mais de 20%, sem contar os efeitos em cascata na economia, e sem nenhum ganho efetivo de produtividade.

Já a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) diz que acompanha o debate no Congresso e incentiva a busca de soluções pela "negociação coletiva". Explicou, em nota enviada ao Valor, que essa alternativa de mediação "é um importante instrumento de ajuste entre os atores sociais, também para deliberações acerca da jornada laboral entre empregadores e trabalhadores".

Na semana passada, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) leu o seu parecer favorável à PEC na CCJ, mas a votação foi adiada. Há acordo para a realização de audiências públicas até o fim do ano a fim de aprofundar a discussão. O senador Rogério Marinho (PL-RN) já requereu que sejam ouvidos o professor José Pastore, o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) Fernando de Holanda Filho e o economista-chefe da Fiemg, João Gabriel Pio.

A aposta do governo na pauta é baseada em diagnósticos internos de que há apoio à medida. Uma pesquisa qualitativa encomendada pelo PT, que ouviu grupos de discussão formados por homens e mulheres das classes B e C, em quatro capitais, no mês de agosto, indicou que esse debate está no "imaginário coletivo", em um cenário de busca por mais qualidade de vida e tempo livre.

Em abril, Lula foi aconselhado por auxiliares a se manifestar sobre o assunto no pronunciamento pelo Dia do Trabalho. Na fala veiculada em cadeia nacional de rádios e televisão, no dia 30 de abril, ele prometeu "aprofundar o debate". "Está na hora do Brasil dar esse passo, ouvindo todos os setores da sociedade, para permitir um equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras", defendeu.

Coube aos senadores do PT a linha de frente para desengavetar a discussão na CCJ na semana passada. Em seu parecer, Carvalho propôs uma jornada de 40 horas semanais, sendo até oito horas por dia, cinco dias por semana, e com dois dias de descanso remunerado - preferencialmente aos sábados e aos domingos. Ele sugeriu uma diminuição gradativa da jornada nos cinco anos seguintes e proibiu a diminuição dos salários.

De oposição e ligado ao setor produtivo, o líder do União no Senado, Efraim Filho (PB), reconhece que o debate é "irreversível", mas destacou que há preocupações dos empregadores. "É uma ideia com um debate ainda prematuro e que tem gente, sim, olhando para o lado do setor produtivo", disse ao Valor.

"Tem gente, sim, olhando para o lado do setor produtivo"

Efraim Filho

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251014>

Milei volta a visitar Irump por ajuda para recompor finanças

Marina Guimarães De Buenos Aires, para o Valor

Em plena reta final de campanha para as eleições regionais e legislativas do dia 26, o presidente argentino, Javier Milei, visita hoje seu colega dos EUA, Donald Trump - em busca da prometida ajuda americana para restaurar as reservas da Argentina. O governo Milei considera que uma sinalização positiva de Washington dará novo ânimo à campanha do governo.

A viagem de Milei, a segunda desde setembro, coincide com a divulgação, hoje, do índice da **inflação** de setembro. O mercado espera um número ligeiramente acima de 2%, o que quebraria uma barreira pela primeira vez nos últimos quatro meses-mas, ainda assim, baixo na comparação com o período de antes da posse de Milei.

Os analistas ponderaram que o dado chega em meio a tensões cambiais, contração monetária e grande expectativa em relação aos detalhes do apoio financeiro americano, que será o verdadeiro termômetro da confiança do governo. Um pacote robusto, com recursos efetivos e previsibilidade, poderia reforçar a percepção de que o governo tem sustentação para estabilizar o câmbio e recompor reservas.

Já uma indefinição sobre o alcance do apoio de Trump tenderia a reacender dúvidas sobre a consistência do plano econômico. O dado de **inflação** não definirá sozinho o destino político de Milei, mas influenciará o tom da narrativa econômica que o governo tentará sustentar diante de Trump e nas semanas que antecedem as eleições legislativas.

"A expectativa agora é saber o conteúdo do que disse o secretário do Tesouro [dos EUA, Scott Bessent]. A equipe econômica foi buscar socorro porque não tinha mais armas para solucionar o problema do câmbio", disse o economista Carlos Melconian.

O programa econômico precisa ser reformulado, afirmou.

"A Argentina tem dificuldades para cumprir metas do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e parece seguir buscando o câmbio adequado para acumular reservas. Mais do que um problema de competitividade, é um tema financeiro", ressalta

Melconian. "Ele cumpriu o superávit primário, mas abandonou a política monetária e cambial".

Jorge Vasconcelos, economista-chefe do Ieral - Fundação Mediterrânea, avalia que Milei poderia conquistar mais apoio nas eleições com a parte da população que não mede o desempenho do governo pelo número da **inflação**, mas pela capacidade de dar estabilidade e horizonte produtivo à economia.

"Para esse grupo, acordos que trazem previsibilidade - como o apoio do Tesouro dos EUA - podem ser vistos como positivos, ainda que com cautela. Acordos de swap, de qualquer forma, não substituem a necessidade de acumular reservas", ponderou em relação ao anúncio de Bessent da semana passada, de fazer um acordo de troca de dívida de US\$ 20 bilhões.

Segundo Vasconcelos, após as decisivas eleições do dia 26 - na qual Milei espera ampliar sua base parlamentar a ponto de evitar que a oposição inviabilize seu plano econômico -, será possível esperar "um cenário de flutuação mais livre do câmbio, compatível com a recomposição de reservas e com o fim do controle para pessoas jurídicas".

"Desde julho, as notícias de maior peso contra Milei vieram da volatilidade do dólar, do risco-país, do encarecimento do crédito e do esfriamento da atividade", explicou Vasconcelos. Segundo o Levantamento Expectativas de Mercado (REM, na sigla em espanhol) do Banco Central, analistas projetam uma **inflação** mensal entre 2,0% e 2,3%, e um câmbio oficial próximo de 1.530 pesos por dólar no fim do ano.

As reservas internacionais líquidas seguem pressionadas, embora o acordo com Washington - que inclui um swap de US\$ 20 bilhões e compras de pesos pelo Tesouro dos EUA-tenha dado algum fôlego de curto prazo nas expectativas. O consenso entre economistas é que a estabilidade cambial e a recomposição de reservas serão as variáveis decisivas para determinar se a Argentina conseguirá, enfim, um horizonte de menor volatilidade.

Fernando Marengo, economista-chefe da BlackToro Asset and Wealth Management, avalia que é importante "saber se os detalhes da ajuda americana,

a serem anunciados hoje, terão força suficiente para reverter expectativas negativas.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251014>

No Brasil, 19% convivem com a presença explícita de facções

MARCELO GODOY

Um grupo de 25 pessoas lotou um pequeno auditório na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo.

Ali estavam alguns dos principais atores que deflagraram em 28 de agosto a maior operação já feita contra a lavagem do dinheiro e a infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) na economia formal do País: a Carbono Oculto, que levou ao bloqueio de R\$ 3 bilhões da organização criminosa que dominava parte de toda a cadeia produtiva do setor de combustíveis do País.

Após a exposição dos integrantes da primeira mesa do encontro, o diretor do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, fez uma revelação: o fórum deve divulgar nova pesquisa que mostra que 40 milhões de brasileiros, ou 19% da população, disseram que vivem em áreas com a presença explícita do crime organizado. Um ano antes, o número estava em 14%.

Já a quantidade que disse conviver com cracolândias no caminho para casa, escola ou trabalho subiu de 17% para 19% no mesmo período. Essa presença quase sempre se manifesta por meio de algum tipo de domínio territorial exercido pelos criminosos. No Rio, ele é mais do que explícito. É ostentação. Ali, os bandidos erguem barricadas nas ruas e passeiam com fuzis em bailes funk onde é proibido filmar ou fotografar.

A punição para os recalcitrantes pode ser uma surra ou até mesmo a morte em um micro-ondas (quando a pessoa é incendiada numa pilha de pneus), como na execução do jornalista Tim Lopes.

"Quase a metade da cidade de São Gonçalo está sob o domínio de barricadas. O prefeito de Belford Roxo tem como principal mote da administração "barricada zero". A gente não sabe como está fazendo isso, mas ele está conseguindo retirar as barricadas. O duro é fazer isso sem contratar milícia", disse o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ). Ele era um dos dois únicos parlamentares convidados para o evento - a outra era Tabata Amaral (PSB-SP). Ali estavam os promotores Lincoln Gakiya, Fábio Bechara e Juliano Atoji, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao

Crime Organizado (Gaeco), a superintendente paulista da **Receita Federal**, Márcia Meng, e o secretário nacional de Segurança Pública, Mario Luiz Sarrubbo.

DINÂMICA DO CRIME. Ao tratar do domínio territorial, Lima citou ainda o fato de que um em cada três brasileiros levou golpe eletrônico entre julho de 2024 e junho deste ano. Esses dois dados demonstrariam a dinâmica do crime no País, que se mostra muito mais veloz para aproveitar novas oportunidades e se organizar do que o Estado para agir, prevenir e punir. Para os presentes, falta coordenação, controle, fiscalização e compreensão de que a realidade brasileira mudou.

E falta lei: o domínio territorial não é punido. E governo e Congresso não se entendem sobre como tratar o caso.

Na plateia havia ainda outros especialistas no combate à lavagem de dinheiro e ao domínio territorial do crime, como representantes do Exército e da Polícia Militar paulista.

Mas não havia representantes da Polícia Civil do Estado.

Maurício Zanoide de Moraes, professor de Processo Penal da Universidade de São Paulo (USP), alertou que a infiltração do crime organizado só deve piorar e, talvez, em duas legislaturas, o Congresso estará profundamente infiltrado.

"A Carbono Oculto mostrou que as comunidades pobres e a Faria Lima estão conectadas.

As pessoas mais simples sabem de forma empírica por que as coisas acontecem. Se tem algo que as pessoas sabem são as conexões de poder." Para ele, é necessário que a academia entenda que o Processo Penal atual no Brasil não foi feito para a realidade que o País enfrenta hoje. "Precisamos começar a desconstruir aquilo que aprendemos. Hoje tenho de ensinar meus alunos a pensar e a perceber as demandas. Eu não sei todas as respostas porque as perguntas ainda não foram feitas. A **Receita Federal**, por exemplo, precisa participar dessas ações. Antes era inimaginável que ela pudesse participar da Segurança Pública, mas também era impensável que a criminalidade fosse atingir um nível de poder

econômico e de mescla na sociedade e na economia lícita que temos hoje." Ao lado de Zanoide estava o professor Leandro Piquet, da Escola de Segurança Multidimensional (Esem), da USP.

Eles organizaram a reunião com o promotor Bechara.

Márcia Meng lembrou a carência de áreas do poder público, como o Conselho de Controle de Atividades Econômicas (Coaf). "O Coaf não tem carreira própria, a maior parte dos funcionários que estão lá é cedida pela **Receita Federal**." Ela lembrou ainda o papel central da Receita na análise e na reunião de dados que permitiram a Carbono Oculto. Aí que se começa a desenhar a mudança defendida por Zanoide. "A Receita tem o lado preventivo que o Estado está ignorando.

O Estado tem um banco gigantesco de dados econômicos internos e do comércio exterior que para fins de segurança não está sendo utilizado a não ser em situações pontuais, em parcerias em que o sigilo fiscal foi quebrado para que a Receita possa apresentar dados mais consistentes." Ou seja, contra o crime organizado e o terrorismo é preciso instrumentos extraordinários.

Essa foi a lição da Itália ao mundo ao pôr na cadeia Totó Riina, chefe de Cosa Nostra, e Renato Curcio, fundador das Brigadas Vermelhas.

O regime prisional diferenciado e outras medidas não violam direitos dos presos desde que tudo seja conduzido em meio ao devido processo legal.

Assim decidiu a Corte de Direitos Humanos de Estrasburgo.

CONSENSO. As pessoas que estiveram quinta na USP chegaram a um consenso. Não é só elevando penas ou mudando definições do crime de terrorismo que se vai enfrentar a nova realidade. Tais medidas só prolongam a impunidade, pois não mexem no essencial: as corporações do século 20 incapazes de combater o crime do século 21. Muitos dos membros delas resistem à criação de uma agência nacional antimáfia, pois, para eles, parece mais importante manter seu poder do que aumentar o do Estado para combater o crime. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>